

	PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO SECRETARIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO (SGADM) DEPARTAMENTO DE APOIO AOS ÓRGÃOS COLEGIADOS ADMINISTRATIVOS (DEACO) DIVISÃO DE APOIO TÉCNICO E ADMINISTRATIVO (DICOL) SERVIÇO DE APOIO TÉCNICO AOS ÓRGÃOS COLEGIADOS COM ATRIBUIÇÃO AFETA À PROMOÇÃO DE GÊNERO, VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER (SEGEM)	
	Data: 01.07.2024	Horário: 15h
		Local: Sala 1 DEACO – 905 – L I
PAUTA: Rede de Enfrentamento		ATA DE REUNIÃO Nº 32/2024

Presentes na reunião, mediante assinatura em lista de presença:

1. Juíza Elen de Freitas Barbosa (**Membra da COEM**);
2. Juíza Katerine Jatahy Kitsos Nygaard (**Membra da COEM**);
3. Juíza Camila Rocha Guerin (**Membra da COEM**);
4. Juíza Luciana Fiala (**Membra da COEM**);
5. Dra. Fernanda Manier Hack (**PGE/RJ**);
6. Dra. Isabela Jourdan (**MPRJ – CAOVD**);
7. Delegada Viviane de Carvalho (**PCERJ - DGPAM**);
8. Major Bianca N. F. da Silva (**PMERJ – Patrulha Maria da Penha**);
9. Lider Glória Bastos (**GM-RJ – Ronda Maria da Penha**);
10. Fátima Maria dos Santos (**CEDIM-RJ**);
11. Tamires de Souza Ribeiro (**CEAM Chiquinha Gonzaga**);
12. Juliana Siqueira (**SPM/RJ – Casa Abrigo Cora Coralina**);
13. Giulia G. Luz Machado (**SEM/-RJ – CEAM Tia Gaúcha**);
14. Mariana Duayer de Souza (**NACA/FIA**);
15. Mayara Nicolitt Abdala (**SUPEMPEG/SEDSH**);
16. Maria José Silva (**ALERJ**);
17. Soraya C. de Oliveira (**SPM/RIO**);
18. Carla L. P Brasil (**SPM/RIO**);
19. Verônica M. Moreno Silva (**SPM/RIO**);
20. Fátima Maria dos Santos (**CEDIM/RJ**);
21. Jurema Rosa Boscardin (**SMS/RJ**);
22. Crislaine Coelho Nascimento (**CRF/RJ**);
23. Thalita Rodrigues (**SPM/RJ - NEAP Tia Gaúcha**);
24. Waleska Pantaleão (**SPM/RJ - CEAM Tia Gaúcha**);
25. Ionara Carvalho (**Chefe de Serviço - SGADM-DEACO-DICOL-SEGEM**);
26. Patrícia Valéria Leal (**Assist. Social - SGADM-DEACO-DICOL-SEGEM**).

Presentes na reunião, por meio virtual, via aplicativo Teams:

27. Alessandra Ulrich de Almeida (**OAB/MULHER**);
28. Rejane Santos Farias (**SES/RJ**).

As Exmas. Juízas **Elen Barbosa** e **Katerine Jatahy**, membras da COEM, iniciam a reunião as **15h22**, cumprimentando e agradecendo a presença de todos(as) no presente

encontro, que tem por objetivo debater a atuação da Rede de Enfrentamento, a fim de aprimorar os serviços de atendimento às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar.

A **Juíza Elen Barbosa (COEM)** comunica que, na presente data, está ocorrendo a solenidade de posse referente às movimentações de magistrados(as), e que novos juizes(as) assumirão o Juizado de Bangu e o I JVDJM da Capital. Dito isso, se compromete a tentar trazê-los(as) na próxima reunião, para que possam conhecer e se integrar à Rede.

A **Juíza Katerine Jatthy (COEM)** inicia os debates assinalando a necessidade de atualização sobre a situação dos NIAMs.

A Chefe de Serviço do SEGEM (TJRJ), **Ionara Carvalho**, pontua sobre a comunicação eletrônica realizada com os(as) magistrados(as) das Comarcas, a fim de resgatar a manifestação expressa, para que figurem como gestor(a) do convênio, em atendimento às determinações da COEM. Informa que alguns já responderam positivamente, a exemplo do magistrado de Vassouras e da magistrada de Miguel Pereira.

Ao ensejo, comunica que a magistrada de São Francisco de Itabapoana pediu exoneração, sendo necessário replanejar a ação com o(a) juiz(a) substituo(a). Quanto aos NIAMs ainda não visitados (Barra do Piraí e Bom Jesus de Itabapoana), a **Chefe de Serviço do SEGEM** sinaliza que as equipes técnicas locais serão orientadas pela Assist. Social do SEGEM para realizarem as visitas.

Com a palavra, a **Assist. Social Patrícia Valéria (SEGEM)** complementa, assinalando que já há reunião agendada com as respectivas equipes técnicas, onde se fará a apresentação do modelo de questionário e relatório a serem utilizados nas visitas aos NIAMs de Barra do Piraí e Bom Jesus de Itabapoana.

A **Chefe de Serviço do SEGEM** discorre sobre a situação do NIAM de Tanguá, cujo convênio foi formalizado em 2022, mas o equipamento ainda não foi implantado. Não obstante a mobilização do Delegado local, em encaminhar ofício à prefeitura, não houve retorno sobre o início das obras, que estavam previstas para finalização em 2023. Consigna que este é um caso crítico, uma vez que o convênio já foi formalizado e as obras não foram iniciadas.

A **Delegada Viviane de Carvalho (PCERJ/DGPAM)** reforça o exposto e menciona que manteve contato com o Delegado de Magé, tendo sido informada que a prefeitura não apresentou retorno sobre o início das obras.

A **Promotora Isabela Jourdan (MPRJ)** orienta que, em situações como essa, pode ser documentado o descumprimento do convênio, e acionada a Promotoria de Tutela Coletiva, para atuação. Contudo, reforça que as instituições precisam dar visibilidade ao MPRJ, provocando essa atuação.

Na oportunidade, a Juíza **Elen Barbosa (COEM)** noticia o interesse do Juiz de Vila Inhomirim na implementação do NIAM e consigna que o magistrado foi orientado a procurar a administração do município, a fim de verificar a disposição para realização das obras, bem como a cessão de funcionários.

Ao ensejo, a **Assist. Social do SEGEM Patrícia Valéria** noticia que a Prefeitura de Magé estabeleceu contato com a equipe do SEGEM para verificar a possibilidade de o NIAM de Inhomirim abarcar a região de Magé, uma vez que as tratativas para instalar o NIAM nesta região não evoluíram para se formalizar convênio. Nesse sentido, chama a atenção que, nesse caso, as tratativas teriam que ser articuladas com a 66a.DP, de Inhomirim, e não mais com a 65a. DP, de Magé. O que é confirmado pela **Delegada Viviane de Carvalho (DGPAM)**.

Por fim, a magistrada aborda a possibilidade de prover capacitação com foco em depoimento especial para as equipes atuantes nos NIAMs através da **EMEDI (Escola de Mediação)**, uma iniciativa do TJRJ para formação, o aprofundamento e a pesquisa dos diversos meios adequados de resolução de conflitos que compõem o sistema multiportas. Tem o propósito de servir à sociedade, através dos diversos atores que participam do cenário de uma controvérsia: magistrados, servidores, advogados, defensores públicos, membros do Ministério Público, procuradores, jurisdicionados, psicólogos, assistentes sociais. Mais detalhes sobre a EMEDI podem ser consultados na página: <https://www.tjrj.jus.br/institucional/escola-de-mediacao-emedi>

Avançando, a Juíza **Katerine Jatahy (COEM)** aborda a inauguração da “sala da justiça”, no dia 4 de julho, às 18h, que consiste em sala de acolhimento para mulheres vítimas de violência no Maracanã. Informa ter tomado conhecimento que a capacitação dos(as) profissionais ocorreria no mesmo dia da inauguração. Nesse sentido, passa a palavra para a **Sra. Giulia Luz (SEM/RJ)** discorrer sobre o assunto.

A **representante da SEM/RJ** discorre sobre a inauguração da referida sala e da realização de capacitação para todos(as) os(as) profissionais que atuarão no polo Maracanã, especialmente aqueles(as) voltados(as) para o atendimento às mulheres no que diz respeito ao Protocolo proveniente da Lei “*Não é Não*”. Explica que a capacitação ocorrerá às 15h, antes do jogo programado para as 20h no Maracanã, a fim de aproveitar a presença de todos(as) profissionais das instituições abarcadas que atuarão no jogo. Por fim, sinaliza sobre as tratativas junto à CBF, visando a divulgação da campanha em telões nos intervalos dos jogos e sinalização em todos os banheiros do estádio, já que isso potencializa a campanha em razão de grande público.

Consigna a importância da participação de outras Secretarias na implementação do Decreto, que está previsto para ser assinado no dia 7 de agosto próximo, aniversário da Lei Maria da Penha, tendo o documento já passado pela validação da Secretaria de Turismo, faltando o olhar de outras secretarias, dentre elas a de Cultura. Por fim, destaca o trabalho de articulação junto à Patrulha Maria da Penha (PMERJ), em vista de aprimoramentos no aplicativo “Rede Mulher”.

A Juíza **Elen Barbosa (COEM)** expõe que uma capacitação programada para o dia da inauguração e dia de jogo pode ser muito tumultuado. Ao ensejo, comunica que o Juizado de Grandes Eventos está com ideia de criar protocolo para os grandes eventos. Nesse sentido, a **magistrada** sugere interação da Secretaria Estadual da Mulher com o Juizado de Grandes Eventos, no dia da inauguração, a fim de alinharem a criação de fluxo de encaminhamentos das mulheres vítimas, em parceria com os Juizados de Grandes Eventos, e realizarem a capacitação com base no fluxo construído.

Comunica que o Juizado de Grandes Eventos já tem alinhamento com a Secretaria Municipal de Promoção da Mulher, e anseia fazer o mesmo com a Secretaria Estadual da Mulher. Por fim, endossa que a COEM também se propõe a contribuir com as capacitações.

Com a palavra, a **Major Bianca (PMERJ)** discorre sobre as articulações, em razão do aniversário da Patrulha Maria da Penha, com uma ação no Palácio Guanabara no dia 7 de agosto, e menciona sobre o aperfeiçoamento do aplicativo “Rede Mulher” para fortalecimento dos atendimentos.

Sinaliza a ocorrência de inúmeros atrasos ou não recebimento das medidas protetivas, para assistência da Patrulha Maria da Penha. Por fim, menciona a necessidade de alteração do fluxo de acionamentos em relação aos recebimentos oriundos do Plantão, por determinação do novo comandante da PMERJ, de forma que estes acionamentos sejam enviados aos Batalhões de área, e não mais diretamente ao ponto central da Patrulha Maria da Penha, como foi acordado com a Ten. Cel. Claudia, pois, atualmente, são apenas 3 (três) policiais para atender e distribuir, além das outras atividades da coordenação.

A Juíza **Elen Barbosa (COEM)** destaca a necessidade de a PMERJ formalizar junto à COEM a necessidade de alteração do fluxo com o Plantão, para fins de alinhamentos entre as instituições. Lembra que o fluxo atual foi estabelecido, justamente, em razão de inúmeros problemas que estavam ocorrendo na época e os acionamentos não estavam chegando na Patrulha Maria da Penha, através dos Batalhões.

Quanto aos encaminhamentos dos Juizados para a Patrulha e a Ronda Maria da Penha, a **magistrada** comenta que, durante a capacitação dos(as) magistrados(as) realizada recentemente sobre o Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero, foi reforçada a importância dos encaminhamentos para a Patrulha e a Ronda.

Dito isso, delibera que a Equipe do SEGEM envie e-mail da COEM para reforçar com os cartórios e juízes(as) da competência VD e Júri o fluxo de encaminhamento para a Patrulha e à Ronda Maria da Penha quando dos deferimentos ou revogações das MPUs. (Deliberação 1)

Em continuidade, a **Líder Glória Bastos (Ronda Maria da Penha, GM-RJ)** discorre sobre o recebimento de medidas protetivas vencidas para acompanhamento da Ronda Maria da Penha, o que propicia a ocorrência da prática da violência. Reforça que a falta de acesso para consultar as medidas protetivas impacta na atuação operacional da equipe.

A **Juíza Elen Barbosa (COEM)** contextualiza sobre essa demanda da liberação de acesso à PMERJ e à GM-RJ para consulta das MPUs. Aduz que, embora exista uma resolução do CNJ que determina essa liberação, a matéria será apreciada pela Presidência do TJRJ, por recomendação da Des. Adriana Mello, Coordenadora da COEM, por conta da LGPD.

Na sequência, explica a questão da “falsa denúncia”, trazida pela **Sra. Crislaine Coelho (CRF/RJ)**. A **magistrada** expõe que a renúncia, por parte da vítima, envolve questões profundas que impedem a mulher de romper o ciclo da violência.

Com a palavra, a **Sra. Carla Brasil (SPM-Rio)** discorre sobre os acolhimentos nos abrigos, especialmente o sigiloso, envolvendo mulheres com a saúde mental comprometida e aquelas que fazem uso de substâncias tóxicas, que acabam pondo em risco a integridade das demais abrigadas.

Além disso, destaca a reunião técnica de alinhamento, realizada recentemente, entre as representantes da Secretaria Especial de Promoção da Mulher, SPM-Rio, e a CEJUVIDA, cujo relatório está sendo redigido por Patrícia Leal (Assist. Social do SEGEM) contendo os pontos discutidos. Sinaliza que o foco da reunião, bastante proveitosa e enriquecedora, foi estreitar a comunicação, integrar as equipes e refinar os encaminhamentos.

Por fim, a **Sra. Carla Brasil (SPM-Rio)** divulga alguns dados numéricos de atendimentos realizados pelos equipamentos municipais (CEAMs, NEAMs, NEAPs etc.), conforme arquivo anexo à presente ata, e cita sobre as capacitações permanentes realizadas com as equipes, em razão da alta rotatividade de profissionais.

Após manifestação da SPM-Rio, a **Dra. Elen Barbosa (COEM)** indica a necessidade de articulação da segunda reunião técnica entre a SPM-RJ e a CEJUVIDA, contando com a participação das Secretarias Estadual e Municipal da Saúde, a fim de refinar os encaminhamentos dessas mulheres com a saúde mental comprometida ou que fazem uso de substâncias tóxicas. Dito isso, solicita que a SPM-Rio indique, posteriormente, a data e horário para que o convite seja emitido.

Na oportunidade, a **magistrada** indaga à Sra. Giulia Luz (SEM/RJ) sobre o contato da Coordenadora que atua no projeto envolvendo pessoas em situação de rua, que a SEM-RJ ficou de informar na ocasião da visita ao terreno onde será construída a Casa da Mulher Brasileira. O referido contato poderá auxiliar na localização dessas pessoas quando houver a necessidade de intimá-los(as) nos processos judiciais em andamento.

Em resposta, a Sra. Giulia Luz informa que verificará e informará para à equipe que auxilia a COEM. Sendo assim, a magistrada determina que a Equipe do SEGEM divulgue, via e-mail, o referido contato a todos(as) juizes(as) da competência VD da Capital, após receber a informação por parte da SEM/RJ. (Deliberação 2 e 3)

Em razão da manifestação da **Dra. Isabela Jourdan (MPERJ – CAO-VD)** sobre as MPUs encaminhadas em horário de plantão noturno, **Dra. Elen Barbosa** rememora o encontro ocorrido na EMERJ, entre os(as) Magistrados(as) do plantão judiciário e os(as) Delegados(as) do plantão da PCERJ, e indaga à Delegada Viviane (DGPAM) se os alinhamentos foram desdobrados para os(as) Delegados do interior do Estado. A **Magistrada** afirma que, ao dialogar com a Delegada de Três Rios para alinhar o que de fato deve ser enviado para apreciação do plantão noturno, a Delegada sinalizou que não teve conhecimento dos alinhamentos realizados no encontro da EMERJ. Dito isso, sugere que a PCERJ reforce com os(as) Delegados do interior os pontos discutidos no encontro.

A **Delegada Viviane de Carvalho (DGPAM)** registra a manifestação da magistrada e sinaliza que verificará internamente.

Em complemento, a **Chefe de Serviço do SEGEM (Ionara Carvalho)** comunica que o documento consolidado pelos(as) magistrados(as) do plantão noturno, contendo todas as sugestões e alinhamentos oriundos do encontro na EMERJ, foi autuado via SEI, aprovado pela Desa. Adriana Mello, e encaminhado para ciência e apreciação da Presidência do TJRJ.

A **Dra. Isabela Jourdan (MPERJ – CAO-VD)** compartilha algumas ações realizadas no Ministério Público, especialmente voltadas para a região da Zona Oeste, que precisa de atenção especial, bem como dos desdobramentos internos realizados pelo CAO-VD, para dar mais capilaridade. Informa sobre o movimento, juntamente com a Tutela Coletiva, para conseguir a transferência da DEAM de Guaratiba para Campo Grande.

A **Sra. Mayara Nicolitt (Programa Empoderadas/SEDSH)** divulga as ações em várias regiões do Estado do RJ, incluindo as capacitações e cursos a fim de empoderar e encorajar as mulheres a romper o ciclo de violência. Ao ensejo, indaga se o TJRJ tem fomentado capacitações para juízes(as) das varas de família, pois muitas vezes é possível resolver o problema da mulher na vara de violência doméstica, mas no contexto que está tramitando nas varas de família, enfrentam algumas dificuldades, a exemplo do caso compartilhado durante os debates.

Em resposta, a **Dra. Elen Barbosa (COEM)** comenta sobre a capacitação realizada recentemente pela EMERJ, em parceria com a COEM, para os(as) magistrados(as) com foco no Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero. Além disso, informa que há um problema interno de integração dos sistemas do TJRJ, onde os juizados de violência doméstica utilizam o DCP e as varas de família utilizam o PJe. Contudo, a magistrada afirma que a tendência é esse cenário seja resolvido com a unificação, mediante a implantação do novo sistema, o *eProc*.

A **Juíza Luciana Fiala (COEM)** comunica que foi convidada para dar palestra na OAB-RJ sobre o Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero, e que reforçará muitas questões trazidas pela Rede, visando sempre melhorias nos encaminhamentos e tratativas em prol da proteção das mulheres que sofrem essas violências.

A **Sra. Waleska Pantaleão (SPM-Rio)** discorre sobre a atuação dos equipamentos assistenciais do município situados na Zona Oeste, diante dos desafios envolvendo a questão do tamanho do território e da distância com a Capital, tornando a região mais carente de assistência e fazendo com que as mulheres se desloquem bastante para acessar determinados serviços. Contudo, reforça que a presença do CEAM e do NEAP Tia Gaúcha têm atuado de forma recorrente para acolher essas mulheres vítimas da violência de gênero, frente aos constantes casos que surgem. O movimento da Secretaria Municipal de Promoção da Mulher na descentralização dos equipamentos, tem contribuído para a cobertura em territórios mais afastados da Capital.

A **Sra. Tamires Ribeiro (SPM-Rio – CEAM Chiquinha Gonzaga)** contextualiza sobre a rotina dos atendimentos no CEAM CG e dos estudos de casos, mantendo com qualidade os atendimentos. Ao ensejo, a equipe da SPM-Rio comunica que a Tamires Ribeiro continua respondendo, interinamente, pelo Chiquinha Gonzaga.

Seguindo um dos temas da pauta, a **Dra. Elen Barbosa** (COEM) informa sobre a data programada para a realização da próxima **capacitação da equipe de atendimento da Ouvidoria Mulher, no dia 25 de setembro**, a fim de verificar com a Giulia Luz (SEM-RJ) se é uma data propícia para contemplar a participação de representante da SEM-RJ para falar sobre os equipamentos assistenciais do Estado. Ao que a **Sra. Giulia Luz** responde positivamente. Faltando apenas, alinhar com a Dra. Matilde Alonso (DPERJ), a fim de contribuir com uma fala sobre os atendimentos do NUDEM.

Na oportunidade, a **Sra. Giulia Luz (SEM-RJ)** comunica a inauguração de uma Sala Multivioleta no Hospital da Mulher Heloneida Studart, em São João de Meriti, no dia 8 de julho próximo, fruto de uma parceria da SEM-RJ com a Secretaria de Saúde. Comunica, também, sobre mais uma capacitação, a realizar-se dia 26 de julho, em parceria com o Observatório de Favelas, para as equipes multidisciplinares abordando uma perspectiva de gênero e interseccionalidade.

Com a palavra, a Sra. **Mariana Duayer de Souza (NACA/FIA)** cita o crescente volume de casos de violência envolvendo crianças e adolescentes, discorre sobre alguns casos exemplares e se coloca à disposição da Rede para as articulações necessárias.

A **Major Bianca (PMERJ – Patrulha Maria da Penha)** menciona projeto que está sendo avaliado na Polícia Militar para implantar a “Patrulha Escolar”, nos mesmos moldes da Patrulha Maria da Penha.

Dra. Camila Guerin (COEM) divulga três projetos da Coordenadoria, com o propósito de sensibilizar a rede para participação voluntária, havendo interesse das participantes, bem como buscar sugestões de parcerias para dar força a esses projetos, quais sejam:

- **Projeto Sorrindo para o Futuro** – idealizado pela COEM, em parceria com a SEAP, a Secretaria Municipal da Saúde, a ONG SOS Dental Assist. Médica Odontológica (SDAMO) e a ABATERJ (Associação Beneficente dos Amigos do Tribunal do RJ). Pensado a partir dos relatos de mulheres que se encontram em situação prisional, durante visita realizada à Unidade Penal Oscar Stevenson, onde se constatou a carência de saúde bucal. O objetivo do projeto é levar o serviço de próteses dentárias e tratamento odontológico às respectivas mulheres privadas de liberdade, com foco no resgate da autoestima, dignidade e ressocialização.

Com o desvinculamento da ABATERJ, em razão de já ter contribuído com campanhas internas para arrecadar recursos financeiros que auxiliaram na implantação das duas primeiras fases do projeto, a **Magistrada Camila Guerin** sinaliza que a COEM está em busca de novos parceiros para ajudar na questão dos custos com a confecção das próteses dentárias.

- **Projeto Inspirar** – iniciativa da COEM, em atuação conjunta com a SEAP-RJ, a OAB Mulher-RJ e a Defensoria Pública, alinhada com a política pública de Execução Penal, preconizada pelo Conselho Nacional de Justiça. O projeto, amparado na Resolução CNJ nº 391 de 10 de maio de 2021, que passou a prever o direito à remição da pena por meio da leitura de obras literárias, visa a reinserção social e humanização do

cumprimento das penas privativas de liberdade, por meio de leituras compartilhadas e escrita, no universo carcerário feminino. A proposta mobiliza o potencial criativo das participantes, despertando a curiosidade e o gosto pela leitura, além de permitir o acesso a textos, debates sobre os temas propostos e atividades escrita ou oral, aplicadas após o término das leituras.

A **Magistrada Camila Guerin** comunica que as voluntárias são da OAB-Mulher RJ e o TJRJ fornece o carro para deslocamento até a Penitenciária. Contudo, convida a Rede para integrar o grupo de voluntárias, a fim de reforçar a equipe para realizar as rodas de leituras.

- **Projeto Mãos Empenhadas** – fruto de uma parceria do TJRJ, através da COEM, com o SENAC-RJ e o SESC-RJ, desde 2019, que visa capacitar profissionais da área da beleza para que sejam agentes multiplicadores de informação no combate à violência, identificando e orientando as clientes com base na Lei n. 11.340/2006.

A **Magistrada Camila Guerin** comunica que, anualmente, as juízas da COEM realizam a capacitação desses agentes multiplicadores, e que a turma de 2024 está prevista para ocorrer dia 12 de julho. Nesse sentido, convida a Rede para contribuir também com essas capacitações.

Após a exposição dos três projetos, a **Sra. Giulia Luz (SEM/RJ)** se manifesta colocando-se à disposição para dialogar em momento oportuno, a fim de colaborar com as iniciativas do Inspirar e Sorrindo para o Futuro. Menciona que tem conhecimento de um projeto semelhante ao Sorrindo para o Futuro com a Empresa Colgate e se compromete a enviar mais informações para o e-mail da COEM, bem como informar opção de data para reunião com a Dra. Camila Guerin, a fim de articular possíveis parcerias. (Deliberação 5)

A **Sra. Crislaine Coelho (CRF/RJ)** sinaliza da necessidade de novas capacitações/reciclagens dos profissionais de farmácias, em razão da Campanha CNJ “Sinal Vermelho”. Nesse sentido, as magistradas da COEM sugerem que o CRF se organize, criando uma grade de capacitações necessárias, incluindo o módulo da “violência doméstica” e informe para a COEM possíveis datas. Sinalizam que a Coordenadoria poderá ajudar ministrando algumas palestras.

Dra. Katerine Jatagy (COEM) faz menção à presença da Juíza Grazielle, recém integrada ao corpo de novos(as) magistrados do TJRJ e que está acompanhando a Juíza Luciana Fiala no V JVDFM.

A **Magistrada Dra. Grazielli** se apresenta e informa que está com missão de levar as melhores práticas dos JVDFMs para os(as) demais colegas, que ainda não tiveram essa oportunidade de vivenciar a atuação desses juizados e da COEM.

A **Dra. Fernanda Manier Hack (PGE/RJ)** se apresenta e informa que está como presidente da Comissão da Igualdade de Gênero na PGE.

A **Sra. Juliana Siqueira (SPM/RJ – Casa Abrigo Cora Coralina)** discorre sobre os atendimentos nos abrigos, do volume de entrantes (seja pela SPM-Rio ou pela CEJUVIDA) e das análises que são realizadas para identificar aquelas que possuem risco de vida para

um acolhimento protegido. Por fim cita da importância do amadurecimento da comunicação e atuação das equipes envolvidas para acolhimento de qualidade, com base no perfil bem apurado dessa mulher que sofre a violência.

Nada mais a ser tratado, as **Magistradas** encerram a reunião às **17h25** e designam o próximo encontro para o dia 5 de agosto, às 15h. (Deliberação 5)

Juíza Elen de Freitas Barbosa
(Membra da COEM)

Juíza Katerine Jatahy Kitsos Nygaard
(Membra da COEM)

Deliberações		Responsável	Prazo
1	Enviar e-mail da COEM, a fim de reforçar com os cartórios e juízes(as) da competência VD e Júri o fluxo de encaminhamento para a Patrulha e à Ronda Maria da Penha;	SEGEM	5 dias, após aprovação da Ata.
2	Informar à equipe que auxilia à COEM o contato da Coordenadora que atua no projeto envolvendo pessoas em situação de rua, solicitado pela Dra. Elen Barbosa;	Giulia Luz (SEM/RJ)	5 dias, após aprovação da Ata.
3	Divulgar com os(as) juízes(as) da competência VD da Capital, o contato da Coordenadora que atua no projeto envolvendo pessoas em situação de rua;	SEGEM	Imediato, após receber a informação da SEM/RJ
4	Enviar para a COEM o material com informações sobre o projeto da Colgate e indicar opção de data para reunião com a Dra. Camila Guerin para articular parcerias;	Giulia Luz (SEM/RJ)	5 dias, após aprovação da Ata.
5	Enviar o convite da próxima reunião, programada para o dia 5 de agosto, às 15h, presencial.	SEGEM	Imediato